5.

A Pesquisa de Campo e a Discussão de seus Resultados

Neste capítulo, trataremos da exposição do campo de pesquisa, com a caracterização do local escolhido para a realização dos estudos do objeto a ser pesquisado, como também apresentaremos os seus resultados.

Para realizar a pesquisa de campo, optamos por um dos municípios do Estado do Rio de Janeiro que apresentava o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI implantado, de modo que nos possibilitasse a aproximação necessária com o grupo composto por crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a questão do trabalho infantil.

Assim, escolhemos o município de Itaguaí, localizado na Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o censo/2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, este município apresenta 742 crianças ocupadas, representando o percentual de 6,54% em relação do total de crianças do município, que, de acordo com o documento citado, é de 11.348 crianças.

A opção pelo município de Itaguaí para esta pesquisa deve-se ao fato de que este município apresenta uma grande diversidade de situações em que o trabalho infantil é observado, visto que o município abrange tanto uma área rural quanto uma área urbana. Assim, pode-se verificar a existência de trabalho infantil em atividades como: coleta de material reciclável, comércio ambulante, extração de pedras, areia e argila, panificação, pesca, serviços em oficinas mecânicas e atividades na agricultura e pecuária. Além dessas atividades, observa-se também a existência de outros trabalhos como serviços domésticos e a fabricação de estalinhos, nas próprias residências das crianças que, juntamente com suas famílias, produzem fogos de artifícios.

Assim, escolhemos este município em função desta diversidade de situações de trabalho precoce que nos permite a oportunidade de pesquisar pessoas envolvidas na questão do trabalho infantil tanto na área urbana quanto na área rural, pois acreditamos que a manifestação do trabalho infantil não é homogênea e não deve ser tratada desta forma,

enriquecendo-se a pesquisa na medida em que possa abranger a sua heterogeneidade. É fundamental considerar a questão do território¹⁴ em que ocorre o trabalho infantil, reconhecendo as diferenças existentes nas zonas rural e urbana.

5.1.

O município de Itaguaí como campo de pesquisa – história e caracterização recente

História

Itaguaí foi fundado em meados do século XVII com a migração dos índios da ilha Jaguaramenon para o Morro da Cabeça Seca atraídos pelo governo Martim de Sá que pretendia criar um entreposto na região. Com o tempo, os missionários se mudaram para a fazenda de Santa Cruz e deixaram o povoado indígena, que se intitulou Itaguaí (Água amarela em Tupi), por causa das barrentas águas dos rios da região compreendida entre os atuais rios Itaguaí e Itingussu.

Posteriormente, foi fundada pelos colonos a Vila de Itaguaí, que passou a ser uma rota de viagem padrão para os viajantes para São Paulo e para as Minas Gerais, na chamada Rota do Ouro, devido ao terreno pouco acidentado e transitável durante todo o ano, com poucos alagadiços e com bastante água para os animais.

No século XVIII, na famosa viagem onde seria dado o Grito de Independência do Brasil, Dom Pedro I parou na vila para alimentar e saciar seus cavalos no chafariz da cidade, local que atualmente foi tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional.

¹⁴ A Política Nacional de Assistência Social considerando a alta densidade populacional do país e o alto grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial presentes entre os 5.561 municípios brasileiros passou a utilizar a vertente territorial. Ou seja, passou-se a agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso. Considerando, também, que muitos dos resultados das ações da política de assistência social impactam em outras políticas, foi imperioso construir ações territorialmente definidas. Assim, importantes conceitos no campo da descentralização foram incorporados a partir da leitura territorial como expressão do conjunto de relações e acessos que interpretam a cidade com significado vivo a partir da população que dela utiliza. Desta forma, a operacionalização da política de assistência social com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação prática da assistência. É essa a perspectiva que a Política Nacional de Assistência Social quer implantar. A concepção da assistência social como política pública tem como um dos principais pressupostos a territorialização.

Depois da independência do Brasil, Itaguaí desenvolveu a sua agricultura, sendo em tempos diversos, o maior produtor de milho, quiabo, goiaba, laranja e banana do país. A vila, inicialmente, fez uso do trabalho escravo de negros, que foi gradualmente substituído por mão-de-obra estrangeira, mais especificamente de japoneses e, em menor número, de alemães. Ainda hoje, a cidade possui uma das maiores colônias japonesas do Estado do Rio de Janeiro.

Até a década de 50, o município apresentou diversos problemas sociais e de saúde pública, como surtos recorrentes de malária, cólera e outras doenças já erradicadas nos municípios vizinhos, o que fez com que a cidade ganhasse o apelido de “município abandonado”.

A partir dos anos 50, o município começou a se industrializar, com a construção de fábricas como o Ingá (zinco), Nuclep (material termonuclear) e a instalação de outras empresas na região da zona Industrial de Santa Cruz. Em 1969, o distrito de Paracambi foi emancipado da cidade de Itaguaí e em 1997, o distrito de Seropédica também se separou. Muitas áreas territoriais do município também foram perdidas para os municípios de Mangaratiba e Rio de Janeiro.

Na história recente são destaques a construção do Porto de Sepetiba e os problemas advindos da fábrica do Ingá, cujos dejetos químicos abandonados estão causando graves problemas ecológicos.

Caracterização Recente

Quanto aos aspectos físicos, Itaguaí é um dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, localizado a 73 km da capital, a cidade do Rio de Janeiro. Possui uma área territorial de 271,563km e uma população estimada, em 2006, de 95.757 habitantes. Quanto aos indicadores sociais, o IDH é de 0,768 de acordo com a PNUD/2000, o PIB no valor de R\$1.358.105.699,00 e o PIB per capita no valor de R\$ 15.182,85 em conformidade com os dados do IBGE/2003. O município tem, como principais atividades econômicas, a agropecuária, portuária, indústria e comércio.

O município de Itaguaí, por um lado, é um dos municípios mais pobres e com menor nível de capacitação profissional da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, funcionando como cidade dormitório para pessoas que trabalham nos municípios vizinhos. Por outro lado, tem a economia pulsante do Porto de Sepetiba que tende a ser o maior agregador econômico e de empregos da região num futuro bem próximo.

No diagnóstico recente do município, a revitalização do Porto de Sepetiba merece um destaque especial, pois possibilitará, em curto prazo, um crescimento intenso da economia do município, por apresentar características especiais em função da profundidade do seu canal marítimo de acesso, permitindo, por exemplo, a entrada de navios de grande porte, podendo inclusive estar disponível para receber os maiores navios ainda sendo projetados no mundo, já que trata-se de um Porto novo, planejado, com grande capacidade de armazenamento de diversos tipos de cargas, uma boa linha de acesso ferroviário, equipamentos modernos e, ainda, com a possibilidade de ampliação do número de linhas regulares. Tais fatores colocarão o município em condições de competitividade excepcionais, possibilitando incrementar as importações e as exportações, constituindo assim um importante incentivo para a indústria naval e conseqüentemente colocando o município com grande destaque no cenário estadual e do país.

É importante destacar, ainda, que recentemente foi anunciada a construção de um Pólo Siderúrgico na cidade, composto principalmente pela Companhia Siderúrgica do Atlântico, situada na cidade pela facilidade de escoamento pelo porto. Provavelmente, uma série de outras indústrias do ramo serão desenvolvidas na região.

Todas estas iniciativas na área econômica proporcionarão um grande desenvolvimento ao município, contudo é fundamental que este crescimento ocorra de forma ordenada para que possa trazer benefícios na área econômica, mas, ao mesmo tempo, não traga a ampliação de problemas sociais, como a favelização, o aumento da população de rua e do trabalho infantil, como muitas vezes podemos observar em cidades que têm um crescimento muito rápido num curto espaço de tempo.

Seria importante incentivar o investimento do município em programas de capacitação profissional, para que a parcela pobre da população que se encontra desempregada ou

atuando no mercado informal, possa se qualificar visando ao seu aproveitamento nas vagas que serão criadas com estes novos empreendimentos no município, pois certamente, a geração de postos de trabalho exige uma mão-de-obra qualificada que não é encontrada no município. Desta forma, mesmo com a ampliação dos postos de trabalho, o desemprego permanece inalterado para certos segmentos da população.

Assim sendo, é fundamental que os gestores do município de Itaguaí realizem um planejamento estratégico, para que todos estes investimentos que, num futuro próximo acontecerão na cidade, tragam não só um crescimento econômico, mas também benefícios diretos para a população, principalmente aquela que vive em situação de pobreza e exclusão social.

A isto se acrescenta que a dinâmica populacional é um importante indicador para a política de assistência social, pois ela está intimamente relacionada ao processo econômico estrutural de valorização dos aspectos urbanos, que funcionam muitas vezes, como produtores e reprodutores de um intenso processo de precarização das condições de vida e de viver, da presença crescente do desemprego e da informalidade, de violência, da fragilização dos vínculos sociais e familiares, ou seja, da produção e reprodução da exclusão social, expondo famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidades.

Assim, a questão central que deve ser considerada e superada diz respeito ao modelo de desigualdade do Brasil, que se apresenta como um dos maiores índices do mundo,¹⁵ representando uma expressão concreta no cotidiano dos moradores das cidades, como podemos observar no município de Itaguaí, cujos territórios internos (bairros, distritos e áreas de planejamento) tendem a apresentar condições de vida também desiguais.

Neste contexto, na população do município de Itaguaí podemos identificar populações específicas¹⁶ que vivem em situações de exclusão social. Trata-se de uma população composta por segmentos populacionais diversos como populações ribeirinhas, catadores

¹⁵ Segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA, em 2002, os 50% mais pobres detinham 14,45 do rendimento e o 1% dos mais ricos, 13,5% do rendimento.

¹⁶ Utilizamos a nomenclatura populações específicas para definir as populações caiçaras, ribeirinhas e as populações que surgem como resultado dos novos tempos, como catadores de lixo e pessoas que residem em assentamentos rurais e urbanos, que surgem na luta pela sobrevivência e na busca por espaços de moradia, impondo a adoção de alternativas rápidas e nem sempre adequadas.

de lixo e pessoas que vivem em assentamentos rurais e urbanos, que raramente são alcançadas pelas políticas públicas que possam contribuir para alterar sua condição, muitas vezes de vulnerabilidade social, proporcionando-lhes inclusão e acesso, sendo comum a identificação nestes grupos, de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil precoce.

A identificação destas populações é um importante instrumento para o enfrentamento do grande desafio da assistência social, que deve ser o de alcançar cada família e cada indivíduo com ações que possam atenuar suas dificuldades e possibilitar seu acesso a políticas garantidoras de direitos, bens e serviços, respeitando as diversidades de cada território.

A partir de uma pesquisa realizada pela Fundação CIDE (Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro), em setembro de 2006, foram identificados como população ribeirinha¹⁷ no município de Itaguaí, 1.094 pessoas. Neste universo, são considerados ribeirinhos, tanto os pescadores típicos, os caiçaras e integrantes de vilas e colônias de pescadores, quanto os que não desenvolvem atividades de pesca, mas residem próximo a rios, lagos e mar, igualmente considerados ribeirinhos para efeito das políticas de proteção social.

Cabe ressaltar as informações sobre a realidade e a atuação dos ribeirinhos, que demonstram, de forma inequívoca, a importância de ações sociais no sentido de elevar o grau de cidadania daquelas populações. Vale ressaltar que o comportamento da população ribeirinha, algumas vezes tem reflexos sobre as condições de saúde e de meio ambiente, que não se restringem ao entorno das comunidades. Como exemplo, podemos citar o elevado nível de poluição observado nas águas dos rios, de origem do lixo residencial. Estudos¹⁸ mostram que este lixo residencial vem da população ribeirinha. Desta forma, a relevância de incluir os ribeirinhos nas políticas públicas está no reconhecimento, por parte de profissionais de outras áreas do conhecimento, da

¹⁷ Entendemos por população ribeirinha, aquela estabelecida em determinado espaço físico, próximo a um rio, lagoa ou ribeirão e que, com esses acidentes geográficos, mantém uma relação de sobrevivência ou mesmo econômica.

¹⁸ Conduzidos pelo Laboratório de Hidrologia da COPPE/UF RJ.

importância de salvar os rios, levando em consideração a qualidade de vida e a questão social das populações dispostas ao longo de suas margens e seus afluentes.

A mesma pesquisa constatou a existência de grupos de pessoas vivendo em assentamentos rurais e urbanos¹⁹ no município de Itaguaí, sendo identificadas 11.388 pessoas e 1.785 famílias, integrantes de projetos de reforma agrária sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Também são computadas 2.296 pessoas e 645 famílias vivendo, em assentamentos urbanos atendidos pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro-ITERJ. Geralmente essas ocupações estão concentradas em áreas devolutas, localizadas em áreas de acesso precário ou em antigas áreas rurais, cujos proprietários deixaram de explorá-las. Apesar de durante décadas termos observado migrações em direção à Região Metropolitana, o que observamos atualmente é uma redução substancial deste movimento, o que demonstra uma reversão desses fluxos migratórios. Assim, o que atualmente verificamos, como tendência, é a migração da população para novos eixos de desenvolvimento do Estado, atraídos pelo interesse em novos postos de trabalho, como para a Região da Costa Verde, onde se localiza o município de Itaguaí.

Na identificação da população de catadores de lixões²⁰ no município de Itaguaí, foram encontradas 13 famílias. Contudo, como as informações sobre o número de pessoas envolvidas no trabalho de catação de lixo são bastante escassas no município, é possível que este número seja muito maior. Este dado desperta especialmente a nossa atenção, pois esta atividade tem se agravado com a incidência do trabalho infantil e não pode ficar sem uma resposta das políticas de cobertura social dos gestores do município, cujas tarefas de planejamento e execução não podem prescindir de informações sobre a localização e a real dimensão do problema apresentado no município. Estas populações específicas identificadas no município de Itaguaí servirão de referência para a escolha das famílias inseridas no PETI a serem entrevistadas na pesquisa.

¹⁹ Por assentamentos rurais e urbanos compreendemos os núcleos populacionais de baixa renda que têm sua origem em movimentos de ocupação de terras públicas e privadas, por parte de trabalhadores sem terra (trabalhadores rurais que não tiveram acesso a terra) ou sem teto (famílias oriundas, em geral, do meio rural que se fixam, irregularmente, nas periferias das áreas urbanas), relegados a essas condições pela história negativa ao acesso à terra dada às camadas mais baixas da população brasileira.

²⁰ De acordo com os parâmetros adotados na literatura especializada, são considerados profissionais do lixo integrantes de três categorias: os engenheiros, os garis e os catadores. Entendemos a categoria dos catadores de lixo, como o grupo mais frágil da cadeia produtiva para o aproveitamento do lixo.

5.2.

O Processo de Pesquisa

Como fizemos a opção de utilizar as ações desenvolvidas pelo PETI no município de Itaguaí, como mediação na abordagem do grupo envolvido na questão do trabalho infantil, mantivemos diversos contatos com os profissionais do programa e visitas ao local em que são desenvolvidas as atividades de Jornada Ampliada do Programa no município.

O PETI está implantado desde 2000 em Itaguaí, atendendo a uma meta de 100 crianças e adolescentes. Assim, inicialmente, procuramos manter contato com a coordenadora do Programa e a equipe técnica que atua no município, visando a solicitar a autorização e colaboração da instituição para a realização da pesquisa. No primeiro contato com os gestores do Programa no município, deixamos bem claro para a equipe que estávamos visitando o PETI enquanto mestranda, a fim de realizar nossa pesquisa de campo. Como já havíamos estado no local anteriormente, em 2005, período em que atuávamos como Assistente Social da Gerência Estadual do PETI, nossa preocupação inicial foi mostrar ao grupo de profissionais esta distinção, para que não nos vissem no papel de supervisora do Programa, o que poderia, de alguma forma, comprometer os resultados do nosso estudo.

Para evitar qualquer interferência dessa experiência anterior na condução da pesquisa, optamos por não incluir entre as entrevistas da pesquisa estes profissionais. Desta forma, a opinião desses técnicos não será considerada. Entretanto, este contato inicial foi importante porque viabilizou o acesso aos documentos do Programa, bem como o agendamento das visitas aos dois pólos de funcionamento da Jornada Ampliada existentes no município. O primeiro, Pólo Brisamar, que atende a 55 crianças e adolescentes, e o segundo, Pólo Centro que atende a 75. É importante destacar que, além da meta de atendimento estabelecida de 100 crianças e adolescentes definidos para o Programa, estão participando das atividades do PETI mais 30 crianças e adolescentes que se encontravam em situação de trabalho precoce, que freqüentam às atividades da Jornada Ampliada, mas não recebem a transferência de renda, até que ocorra uma expansão de metas para o município.

Além das atividades de Jornada Ampliada e a Transferência de Renda, a equipe técnica do PETI no município, também, desenvolve atividades específicas para as famílias das crianças e adolescentes beneficiados pelo Programa. Atualmente são 70 famílias, pois algumas crianças e adolescentes beneficiados são de uma mesma família. Verificamos que, do total de famílias atendidas, apenas 10 participam efetivamente das atividades desenvolvidas, compondo um grupo de geração de trabalho e renda que se reúne semanalmente, atendendo a seis famílias às quartas-feiras de 9h às 12h no Pólo Centro e a quatro famílias às quintas-feiras de 13h as 17h, mesmo horário em que as crianças são atendidas nas atividades educativas da Jornada Ampliada. Nestas reuniões, segundo a ótica e informações dos profissionais que atuam no programa, são desenvolvidas atividades com as famílias numa perspectiva pedagógica de capacitação e qualificação, fornecendo subsídios técnicos e profissionais, “ buscando contribuir para o processo de emancipação das famílias.” Estes momentos têm oportunizado reflexões quanto ao trabalho infantil junto às famílias e a discussão de outros assuntos relevantes para o grupo, com destaque para o planejamento familiar, visto que as famílias são, na maioria das vezes, muito numerosas.

Num primeiro momento, realizamos apenas observação e contatos informais com todo o grupo de crianças e adolescentes atendidos pelo programa a ser pesquisado, na faixa etária de 7 a 15 anos que foram retirados de atividades de trabalho. De uma maneira geral foram receptivos e aparentemente ficaram visivelmente satisfeitos com a nossa presença. Contudo como era esperado, no primeiro contato nos trataram como uma visita. Assim, nas falas em grupo disseram que gostavam do PETI e afirmaram a preferência em participar das atividades oferecidas pelo Programa a continuar trabalhando. Essas falas parecem reproduzir o discurso institucional transmitido pela equipe que atua no programa.

Os encontros para a observação do grupo pesquisado, formado pelas crianças e adolescentes atendidos pelo Programa e suas famílias, foram realizados nos meses de novembro e dezembro de 2006. Neste período, caracterizado como pesquisa exploratória, aconteceram três encontros, que tiveram cada um, mais ou menos, duas horas de duração. Cada encontro com as crianças contou com a presença de, aproximadamente, quinze a vinte crianças. Na formação destes grupos, não houve

distinção de sexo, religião, parentesco ou atividade de trabalho realizada anterior ao ingresso no PETI.

Realizamos, também, observações junto ao grupo de famílias atendidas pelo PETI. Estes grupos são formados exclusivamente por mulheres, que trabalham como catadoras de papel no lixão, empregadas domésticas, trabalhadoras da capina e ,da agricultura e em sítios como caseiras. Nenhuma dessas mulheres possui um emprego formal, assim conseqüentemente elas não têm carteira assinada e nem os direitos trabalhistas garantidos. Estas famílias são todas numerosas, tendo em média quatro a cinco filhos menores. Por esta razão, foi incluída pela Assistente Social do Programa, na pauta do grupo, um tópico de discussões sobre o planejamento familiar. A maioria das famílias deste grupo é chefiada por mulheres.

Apesar de não ser nossa pretensão aprofundar as discussões de gênero, dados da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios – PNAD/2002 do IBGE apresentam esta mudança quanto à caracterização da família brasileira. Houve uma ampliação das famílias chefiadas por mulheres sem a presença do homem e, como resultado, observou-se o agravamento da situação social e da pobreza, considerando as dificuldades que mulheres sozinhas, sem a participação de um companheiro têm na manutenção de suas famílias, visto que as oportunidades de emprego e salários são postas em condições diferenciadas no mercado de trabalho para as mulheres.

Considerando estes elementos e tendências nas mudanças da estrutura familiar na sociedade brasileira, como um dos determinantes da condição de pobreza, observamos que aparece, com frequência, a característica de maior utilização de crianças e adolescentes para o trabalho em famílias chefiadas por mulheres , pois se constata que a renda da mulher, quando representa a única fonte de renda da família, apresenta uma dificuldade maior de manutenção das necessidades básicas, pois as mulheres são submetidas a condições de trabalho ainda mais precarizadas, gerando maior agravamento das condições de pobreza e conseqüências danosas para os filhos, ou seja, as crianças e adolescentes. Esta situação torna, muitas vezes, o trabalho infantil inevitável, já que existe a necessidade de contar com a ajuda de outros membros da família, dos filhos adolescentes e, em casos de maior pobreza, de crianças, como pudemos observar no grupo pesquisado. A caracterização do grupo observado

demonstra, portanto, algumas características como a sobrecarga da mulher e a desagregação conjugal, o que pode significar muitas vezes a inevitabilidade da utilização do trabalho de crianças e adolescentes, na busca de melhorar as precárias condições socioeconômicas em que vivem.

As pessoas do grupo de famílias observado afirmam gostar do PETI e da participação dos filhos nas atividades oferecidas pelo Programa. Entretanto, afirmaram que se os filhos trabalhassem para completar a renda no horário que estão fora da escola e da Jornada Ampliada não haveria problemas. Esta visão confirma a representação do trabalho infantil que não considera prejudicial para os filhos o exercício do trabalho precoce.

A coordenadora do PETI no município informou que, apesar dos pais concordarem e se comprometerem em retirar os filhos do trabalho, algumas vezes é difícil fazer com que isto ocorra realmente, pois o trabalho infantil no domicílio e para o consumo da família, figura entre as principais atividades da criança. Assim, afirmou que, às vezes, é difícil impedir que o trabalho ocorra entre as crianças do Programa, pois muitos pais não vêm no trabalho precoce nenhum prejuízo para os filhos. Sendo assim, podemos formular uma hipótese de que o PETI, diante da realidade sócio-cultural da família, não funciona para impedir o trabalho precoce, mas para limitá-lo.

A observação participante teve um significado bastante importante, momento em que fizemos a opção pelo diálogo informal e constante com o grupo de pessoas envolvidas na questão do trabalho infantil. As observações se deram no espaço de funcionamento do Programa, buscando captar e entender a percepção do grupo quanto à questão do trabalho infantil. Em consonância com a orientação do objeto de estudo, este período de observação possibilitou, “através dos diversos comportamentos e falas, as condutas e estruturas dos sujeitos envolvidos, apresentando assim, suas visões de mundo” (Minayo, 1992:253). Assim, esta aproximação inicial viabilizou um maior conhecimento do universo a ser pesquisado. Observamos que, para conhecer a percepção do grupo quanto ao trabalho precoce, deveríamos ter este olhar próximo para compreendê-lo e analisá-lo, trabalhando com um enfoque antropológico, em que são fundamentais as observações e os contatos informais.

A observação participante representou uma parte muito interessante no corpo do trabalho enquanto instrumental técnico utilizado na pesquisa. Permitiu-nos observar, neste momento, mediante à aproximação com os grupos pesquisados, para que pudessemos conhecer, através de suas falas, a representatividade do trabalho infantil em suas vidas.

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2007, período de férias escolares, o Programa não funcionou com as atividades regulares. Neste período, a equipe técnica apenas realizou uma colônia de férias com parte do grupo de crianças e adolescentes beneficiados pelo programa. Desta forma, tanto as atividades regulares do Programa como o grupo com as famílias foram interrompidos e só recomeçaram no mês de março.

Assim sendo, só pudemos retornar ao município para realizarmos as entrevistas em março de 2007, período em que fizemos as entrevistas com crianças e adolescentes, na faixa etária de 11 a 15 anos de idade e mães de beneficiários do PETI. Para realizar a pesquisa, optamos por selecionar, para as entrevistas, o grupo de famílias atendidas pelo PETI do município de Itaguaí que se encontram em situação de exclusão social, isto é, incluídas nas populações específicas caracterizadas anteriormente, compostas por populações ribeirinhas, catadores de lixo e famílias que residem em assentamentos rurais e urbanos.

Nesta discussão sobre exclusão social, consideramos uma contribuição importante, a visão de Lustosa (2001), que tem, como idéia central, a exclusão que está intimamente associada às manifestações de desigualdade em diversos aspectos: econômico, político, cultural e também geográfico. Sendo assim, o processo de exclusão social capta situações de pobreza e privação, mas também os processos que as criam.

Desta forma, verificamos a importância de um trabalho interdisciplinar e abrangente, com o estabelecimento de laços de cooperação entre diferentes instituições e profissionais, como essencial para a concretização de propostas de ações eficazes ao combate do trabalho infantil. Assim, consideramos que, neste trabalho, tem um papel importantíssimo a vigilância social, que consiste no desenvolvimento da capacidade de gestão assumida pelos órgãos públicos gestores da assistência social, para conhecer as

vulnerabilidades, os riscos sociais da população e as potencialidades do território em que estão inseridas as populações específicas.

Neste contexto, é interessante salientar que estão sendo realizadas parcerias pelo município de Itaguaí visando à inclusão das famílias do PETI em outras ações. Neste sentido, podemos destacar que, entre as famílias do Programa incluídas nas populações específicas, com problemas de moradia, uma parceria do PETI com um programa de habitação teve como resultado a doação de casas populares construídas pela Prefeitura Municipal de Itaguaí beneficiando 30 famílias, em fevereiro de 2007. Uma iniciativa que, certamente, contribuirá para o processo de inclusão social dessas famílias.

Neste contexto, justifica-se a proposta de Soares(2003) de um novo procedimento na provisão de serviços, tendo por base a “universalização territorial”. Para a autora, essa noção tem como pressuposto que a pobreza tem uma distribuição espacial ou territorial bem nítida.

Desta forma, afirma Soares:

“ é perfeitamente possível garantir que os serviços e bens cheguem aos mais pobres de forma universal e não discriminatória, sempre e quando estejam localizados próximos aos domicílios desses mesmos pobres” (Soares, 2003:110)

5.3.

Os Resultados da Pesquisa

Na análise das informações obtidas nas entrevistas com crianças, adolescentes e as famílias inseridos no PETI, foi possível observar que as famílias envolvidas com o trabalho infantil, crianças e adolescentes e seus pais, apresentam um olhar que abrange diferentes perspectivas quanto ao fenômeno. Na pesquisa, foi interessante observar que as crianças reconhecem a importância do Programa e passam a se sentir incluídas, como também incorporam a questão dos direitos e valorizam o fato de não trabalharem

mais, pois se sentem exploradas por terem trabalhado precocemente, incorporando de certa forma o discurso institucional.

Segundo as falas das crianças e adolescentes pesquisados, não é possível indicar nada de positivo no fato de ter trabalhado precocemente; pelo contrário, a reação dessas crianças e adolescentes reflete sentimentos de vergonha e perdas. Assim, observamos que o reconhecimento dos direitos e da importância de não trabalhar precocemente, aparentemente, parece fazer parte do universo das crianças e adolescentes pesquisados. Talvez as crianças e adolescentes mesmo pobres e desprivilegiadas, já estejam com o discurso sobre os direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA incorporados em função da divulgação desta legislação em vários locais como na escola e no PETI. Assim sendo, mesmo este dado não sendo o foco de nossa pesquisa, é um fato interessante a ser considerado, podendo ser objeto de futuras pesquisas.

Ao mesmo tempo, foi possível conhecer a opinião das mães quanto à questão do trabalho infantil e perceber que elas não reconhecem o trabalho precoce como algo negativo. Estes dados foram muito interessantes, pois, ao mesmo tempo em que a visão das famílias do trabalho precoce vai ao encontro do que apresentamos no capítulo dois, onde a análise mostra que este trabalho precoce é valorizado pelo universo familiar e tem uma ligação forte com a cultura, observamos que a visão das crianças e adolescentes pesquisados se contrapõe ao pensamento de suas famílias.

As crianças e adolescentes, por estarem mais inseridas nas discussões sobre a questão do trabalho infantil no PETI e na Escola, acabam incorporando mais os princípios que preconizam uma política de garantia de direitos, fato que não acontece com as famílias.

O que falam as crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce

Para realizar as entrevistas da pesquisa, selecionamos aleatoriamente um grupo de 13 crianças e adolescentes, na faixa etária de 11 a 14 anos de idade, sendo 1 criança com 11 anos e 12 adolescentes com 12 a 14 anos de idade, que residem com as famílias em locais que abrigam as populações específicas descritas no capítulo anterior, compostas

por populações ribeirinhas, que vivem próximas de lixões e em assentamentos rurais e urbanos e que foram inseridos no PETI por estarem anteriormente desenvolvendo diversas atividades de trabalho infantil.

Nas entrevistas, foi possível perceber ambigüidades nas falas das crianças e adolescentes pesquisados. Em grupo costumam reproduzir o discurso institucional, declarando que gostam do PETI e a preferência em participar das atividades oferecidas pelo Programa a trabalhar. Todos foram enfáticos em afirmar que nunca mais trabalharam depois que ingressaram no Programa. Em suas falas, usaram frases politicamente corretas para justificar suas posições, como:

“(...) criança trabalhar é proibido” (C.P. N, 13 anos)

“(...) claro que eu não trabalho, eu não quero ser preso”.
(L.A.S. 12 anos)

Entretanto, nos contatos individuais e em conversas informais, quando ficavam mais à vontade e pareciam mais espontâneos, contaram que, às vezes, vão para a rua vender bala ou ajudam a entregar compras no supermercado local, contudo não classificam esta atividade como um trabalho, além disso, falaram que fazem estas atividades com um fim específico e em períodos determinados, como demonstra esta fala:

“(...) é só pra comprar uma roupa nova pro natal”.
(M.S, 11 anos)

A fala de M.S. é muito esclarecedora no que se refere às respostas das crianças ao apelo de consumo em algumas épocas do ano.

Observamos, também, que outras atividades laborais realizadas pelas crianças são percebidas como brincadeiras e não como trabalho, como a ajuda aos pais na lavoura, nos serviços domésticos e, principalmente, nas atividades de pesca.

Nas entrevistas realizadas com as crianças e adolescentes beneficiados pelo PETI, verificamos que diversas atividades laborais eram exercidas por este grupo, antes do seu ingresso no Programa. Dentro das atividades realizadas anteriormente, destacamos: o trabalho no lixão, a capina e venda de mandioca, a pesca, a cata de lata, a fabricação de estalinhos, etc. Mas o maior número de crianças e adolescentes pesquisado desenvolvia atividades de trabalho infantil doméstico, tanto na própria casa para que a mãe pudesse trabalhar fora quanto na casa de outras pessoas, como os vizinhos. Como trabalho doméstico, assim realizavam tanto as atividades de cozinhar, lavar, passar, varrer o quintal e arrumar a casa como os cuidados com as crianças mais novas. Essas atividades que caracterizamos como trabalho infantil doméstico, são aquelas que figuram não como uma ajuda eventual, mas como aquela em que a criança passa a assumir a responsabilidade total pelas atividades domésticas descritas. Esse sentido, é possível observar em algumas falas:

“ (...)lavava a louça, cozinhava,arrumava, cuidava do meu irmão e da minha irmã,fazia tudo porque minha mãe pedia,ela trabalhava.” (K. V.,12 anos)

*“(...) fazia estalinho em casa pra ajudar minha mãe.”
(R.R.S,13 anos)*

“(...) vendia aipim com a minha mãe e ajudava a colher também” (H.N.G.R,12 anos)

“(...) trabalhava no lixão e tomando conta das crianças que moravam perto’ (E.C.,13 anos)

Verificamos que, na grande maioria das vezes, as crianças não recebiam nenhum dinheiro pelo trabalho realizado e, quando recebiam, observamos que era uma prática comum entregar todo o dinheiro para a mãe, que utilizava esse recurso para ajudar no orçamento doméstico e para comprar coisas que as crianças estivessem precisando, como material escolar e objetos de uso pessoal como roupas . Outras falas, a seguir, ilustram essa tendência:

*“ (...)Um dia eu lavei o carro do vizinho,um colega do meu pai,deixei cheirozinho, aí eu ganhei R\$15,00, aí eu comprei um caderno grande do Bob Esponja, aí o troco eu dei pra minha mãe, eu queria um chinelo, mas não deu eu tenho 13 irmãos.”
(I.C.F.,11 anos)*

*“ (...) eu trabalhava só pra ajudar, às vezes eu recebia alguma coisa e dava pra minha mãe, com o dinheiro minha mãe comprava alimento, arroz, feijão, lá em casa é tudo contado, eu tenho nove irmãos, e comprava coisas pra mim, uma caneta, um chinelo, agora minha mãe compra as coisas pra mim com o dinheiro do PETI”.
(N.C.C.,13 anos)*

Verificamos que quando as crianças ou adolescentes do grupo pesquisado recebiam algum dinheiro pelo trabalho realizado e não entregavam para os pais, ficando com o dinheiro recebido, utilizavam o que ganhavam para comprar objetos pessoais de consumo. Assim, pudemos observar a importância atribuída ao consumo de alguns bens por parte desse grupo e o papel que o consumo exerce na construção da identidade de crianças e adolescentes, mesmo nos segmentos pobres e com pouco poder aquisitivo, como demonstra esta fala:

“(....) quando eu trabalhava carregando compra no supermercado e vendendo doce na rua eu usava o dinheiro e comprava coisas pra mim, perfume, boné, bermuda leve. Eu não consigo sair sem boné, bermuda eu me amarro..... a maioria das

minhas roupas é de marca, Quebra Vento, Paranoid, Overdose, as marcas boas aqui de Itaguaí.” (R.R.L., 15 anos)

A construção da identidade individual é um processo que não se constitui isoladamente, mas na relação com o outro em sociedade, sendo eminentemente relacional e feita por contrastes, constrói fronteiras simbólicas de diferenciação com os outros e também entre si, permitindo a identificação e a afirmação do nós. O caráter social da identidade implica, portanto, uma relação de pertencimento social, sendo este um fenômeno que se constrói na interação de indivíduos. Desta forma, mesmo no caso dos jovens pobres, com maior precariedade de acesso a bens, verificamos a mesma importância atribuída ao consumo que para a juventude como um todo. O consumo representa, assim, um dos elementos constitutivos do processo de construção da identidade de crianças e adolescentes, independente da classe social em que estão inseridos.

Um outro dado muito interessante recolhido na pesquisa, diz respeito ao fato de que, através das entrevistas, houve a constatação de que no universo pesquisado, aparentemente nenhuma das crianças gostava da atividade de trabalho exercida antes de ingressar no PETI, como também não reconheciam nada de positivo no fato de ter trabalhado precocemente. Pelo contrário, as reações demonstradas apontam para aspectos negativos. Este sentimento apareceu em várias falas, tanto de algumas crianças que se emocionaram e demonstraram se sentir envergonhadas e inferiorizadas pelo fato de trabalhar precocemente, quanto nas falas de outras que mostraram o reconhecimento dos direitos da infância, como brincar e estudar, e a percepção de que essas atividades ficam prejudicadas com o exercício do trabalho infantil. Esta situação foi uma surpresa, pois tínhamos como uma das hipóteses que as crianças consideravam positivo o fato de trabalhar, de aprender um ofício, dado que não se confirmou na pesquisa com o grupo observado. Como podemos verificar nas falas a seguir, a percepção deste grupo em relação ao trabalho infantil é bastante crítica:

“(...) Não tem nada de bom em trabalhar, quando a gente trabalha não tem tempo de brincar, de estudar direito, quando a gente trabalha ninguém dá valor pra gente, a gente fala e as

peçoas finge que não ouve, que não estão escutando, os adultos e as crianças também. Hoje em dia as crianças procuram pra brincar quem não trabalha, que tem mais tempo.”
(H.N.G.R., 12 anos)

“(...) Eu não gostava de trabalhar, tem vezes que eu ficava muito cansada, e não podia brincar, não dava pra estudar, agora quando eu chego em casa já tudo pronto, criança tem que estudar e brincar, só a noite e eu ajudo um pouco.”
(D.A.S., 12 anos)

“(...) de bom trabalhar não tem nada, de ruim tem tudo porque a gente não tem infância.” (E.C., 14 anos)

Nestas falas podemos observar a reprodução do discurso elaborado a partir da visão institucional do programa. Contudo, ao mesmo tempo em que as crianças e adolescentes pesquisados consideram negativo o fato de ter trabalhado precocemente e afirmarem que deixaram de trabalhar após o ingresso no PETI, já que é uma exigência do Programa, quando conversamos sobre o cotidiano dos entrevistados, percebemos que todos eles continuam exercendo algum tipo de atividade de trabalho. Essas atividades são realizadas, de uma maneira geral, à noite e nos finais de semana, mas este trabalho figura como um não trabalho, sendo reconhecido apenas como uma ajuda à família e não como uma atividade de trabalho, e com este sentido, é valorizado também por ser uma oportunidade de estar junto dos pais. Desta forma, reforçamos a nossa hipótese de que o PETI, muitas vezes, não funciona para impedir o trabalho infantil e sim para limitá-lo. Muitas vezes, são desenvolvidas atividades de trabalho noturnas, tornando o trabalho infantil ainda mais insalubre e perigoso, como podemos verificar em algumas falas a seguir:

“(...) Agora eu não trabalho mais, eu estudo e fico no PETI..... à noite eu ajudo a minha mãe na lanchonete perto da minha casa. Eu fico na lanchonete mas isso não é trabalho, eu só ajudo.” (G.F. 15 anos)

Esta revelação da pesquisa denota ambigüidades no discurso elaborado pelas crianças e adolescentes sobre o trabalho precoce, indicando valores culturais arraigados no contexto das famílias pesquisadas.

“(...)Eu ajudo porque meu pai é pescador, e não fica muito em casa, mas eu não trabalho na pesca eu gosto de ficar com ele, é mais fácil pescar à noite porque os peixes brilha, fica tudo junto,... mais tem muito fedo.” (M.M.L.,14 anos)

Estas falas em relação às atividades de trabalho realizadas, mesmo entendidas como um não trabalho são reveladoras de concepções sobre as idéias de trabalho para crianças e adolescentes que são oriundas de famílias pobres, que compreendem como um ato de responsabilidade o fato de que todos os membros da família podem e devem contribuir para compor o orçamento familiar. Por outro lado, não se pode negar que, mesmo reconhecendo a importância de não trabalhar precocemente, as necessidades concretas do cotidiano, além dos hábitos e costumes, fazem com que, muitas vezes, crianças e adolescentes tenham que participar de atividades de trabalho, como forma de ajudar aos familiares. Neste contexto, constatamos que alguns ajudam aos familiares atividades de trabalho porque querem, mas a grande maioria realiza essas atividades porque os pais ou responsáveis impõem que trabalhem para ajudar.

O que falam as famílias das crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce

Para que pudéssemos conhecer a opinião das famílias das crianças em situação de trabalho precoce, realizamos entrevistas com oito mães de crianças e adolescentes beneficiados pelo PETI no município de Itaguaí, sendo que três foram escolhidas no grupo que se reúne semanalmente pela equipe do PETI e as outras cinco foram selecionadas aleatoriamente, dentre as famílias incluídas nas populações específicas compostas por populações ribeirinhas, que vivem em assentamentos rurais e urbanos próximos de lixões. Para a realização das entrevistas, foi solicitado que as pessoas selecionadas comparecessem ao local de funcionamento das atividades do Programa no município, ou seja, os pólos Centro e Brisamar onde são realizadas as atividades da Jornada Ampliada em dia e hora marcados.

Na análise das entrevistas das famílias das crianças e adolescentes em situação de trabalho precoce, consideramos muito interessante poder perceber que este grupo não reconhece os prejuízos causados pelo trabalho precoce para a infância e o futuro da vida dos filhos. No entendimento desta questão, muito contribuiu a leitura de Demo (2003), que traz à discussão o tema da pobreza política. O autor define, como politicamente pobre, a pessoa que sequer consegue saber que é pobre, e propõe uma visão da política social que trabalhe a questão da desigualdade, a redistribuição e não apenas a distribuição.

Assim, na busca de compreender a percepção das famílias, consideramos importante a análise da questão da pobreza, mesmo não aprofundando o estudo desta temática, buscando reconhecer a diferença entre o “não ter” e o “não ser”. Neste sentido, não é apenas o fato de “não ter”, da carência, mesmo diante de uma necessidade de sobrevivência que deve ser considerada como uma representatividade forte, uma questão imediata, mas não se pode esquecer a questão do “não ser”, ou seja, da falta de garantia da qualidade educativa da população e da destituição de direitos, que por si só, gera a maior exclusão, que é a impossibilidade de pensar e reconhecer que é pobre, não tendo uma visão crítica do “porquê” das diferenças existentes na sociedade capitalista. Desta forma, observamos a importância da inclusão não apenas econômica, mas

também a inclusão política, garantido a equidade das pessoas através da construção da cidadania, da educação e do conhecimento.

Nesta mesma direção, Martins (2002) faz uma análise de que a “consciência social” que as vítimas de situações sociais adversas têm da adversidade e de si mesmas, ocorre, muitas vezes, através de uma compreensão insuficiente e equivocada, principalmente em situações em que o grupo em situação adversa se mostra mais frágil.

Podemos observar esta questão no caso das famílias em situação de pobreza que necessitam, objetivamente, de contar com o dinheiro do trabalho dos filhos para a manutenção da família. Assim, não chegam a reconhecer a questão subjetiva dos prejuízos do trabalho precoce na vida e no futuro dos filhos. A visão é muito imediatista, pois necessitam de satisfazer uma necessidade real de sobrevivência no curto prazo. Aqui não negamos a importância da sobrevivência, apenas ressaltamos a relevância de uma abordagem nas políticas sociais que contemplem igualmente a dimensão sócio-educativa.

Assim, na tentativa de compreender a visão das famílias envolvidas no trabalho precoce, consideramos importante a análise dos diversos fatores ligados à construção da questão social e da pobreza e o entendimento de que a superação desta visão só será possível, se houver estratégias, com a participação da população, interrompendo o ciclo de reprodução da ignorância, através de um estilo e perspectiva emancipatória de educação, totalmente distante das didáticas reprodutivas e subalternas, pois acreditamos que só ocorrerão mudanças com a inclusão econômica e política de todos.

Desta forma, teríamos, como ponto de partida, de considerar o entendimento da visão das famílias quanto ao trabalho infantil, além da questão material, a questão cultural, discutida no capítulo dois, que tem reforçado a naturalização e valorização do exercício do trabalho precoce, enquanto uma oportunidade de proteção e aprendizagem, como já foi discutido e analisado anteriormente.

Como podemos constatar, através das entrevistas com as mães, o motivo que justifica o trabalho dos filhos - crianças e adolescentes - geralmente é a necessidade de

complementar a renda familiar e o fato de, através dessas atividades laborais, estarem aprendendo um ofício, como podemos observar nas falas a seguir:

“é melhor trabalhar do que roubar” (M.C.B,31 anos)

“com essa proibição de trabalhar o governo está ensinando a criança ser malandra”. (R. M.,28 anos)

Ao analisarmos as informações obtidas através das entrevistas com as mães das crianças atendidas pelo PETI, verificamos que todas as famílias são muito numerosas, compostas por um grande número de filhos, o que, na visão dessas mães, torna-se fundamental a necessidade da contribuição de todos para a reprodução material da unidade familiar.

Ao mesmo tempo, a percepção da importância da criança em não trabalhar é sentida muito mais pelos filhos - crianças e adolescentes- do que pelo grupo de mães pesquisadas, e a combinação desses dois fatores, necessidades materiais concretas e a experiência do trabalho precoce como algo positivo, faz com que ocorra o trabalho precoce dos filhos. Em consequência, em alguns casos, foi observado o fato de que a criança é obrigada pelas famílias a continuar trabalhando, mesmo depois do ingresso no PETI.

Quanto à idade em que o grupo de mães pesquisado começou a trabalhar, foi verificado que todas também começaram a trabalhar ainda crianças. A maioria começou a exercer atividades de trabalho infantil doméstico, trabalho este que, na grande maioria das vezes, ainda constitui a principal atividade laborativa exercida atualmente por este grupo pesquisado, composto por oito mães de crianças e adolescentes inseridos no PETI. Além dessa atividade, todas basicamente trabalham também como catadores de lixo e vendedoras ambulantes. Pudemos constatar, também, que todas as pessoas entrevistadas deixaram de estudar precocemente em razão de ter que trabalhar.

Ao questionarmos sobre a opinião do grupo quanto à sua própria trajetória de vida, isto é, se esta teria sido diferente, com melhores oportunidades se não tivessem trabalhado precocemente, todos afirmaram que sim, mas mesmo com este reconhecimento, ainda atribuem sempre algo positivo ao fato de ter trabalhado precocemente, como podemos observar nas falas abaixo:

“ se eu não tivesse trabalhado cedo hoje eu teria um diploma de professora, teria uma condição de vida muito melhor, mas eu aprendi a ter muito mais responsabilidade do que as crianças de hoje (...).” (M. N. M, 39 anos)

“ não estudar atrapalhou, hoje eu podia ter um emprego melhor e não precisava ficar num serviço de orelha seca, que tem que ficar no sol o dia todo, catando lixo, varrendo e capinando, mas eu aprendi a trabalhar, as crianças hoje tão tudo malandras por causa dessas coisas do governo de não deixar criança trabalhar....vocês ensinam que criança não pode trabalhar mas quando ela crescer não vai querer nada (...).” (L. S. A., 34 anos)

É interessante observarmos que, mesmo reconhecendo o prejuízo causado pelo trabalho precoce na própria vida, as mães pesquisadas sempre valorizam o fato de terem trabalhado desde cedo como uma oportunidade de aprendizagem e amadurecimento, assim nas falas das famílias podemos perceber a incoerência na elaboração dos discursos. Este grupo não consegue perceber que, se os filhos também trabalharem precocemente, da mesma forma que seus pais, não terão acesso a melhores oportunidades profissionais na vida adulta, perpetuando, desta forma, o círculo do trabalho infantil e da pobreza.

Ao questionarmos as mães sobre o motivo que levam os filhos - crianças e adolescentes - a serem inseridos em atividades de trabalho, constatamos que, segundo as suas percepções, a inserção no trabalho acontece basicamente por duas razões: a primeira

porque, muitas vezes a mãe precisa levar o filho desde pequeno para acompanhá-la nas atividades de trabalho, pois não tem como deixar a criança em casa e não tem acesso a creches que foi um dado real, observado principalmente com as famílias que atuam nos lixões; e a outra razão verificada se refere basicamente à questão financeira, pela necessidade da contribuição dos filhos no orçamento doméstico, como relatam estas falas:

“eu levava desde pequeno não tinha com quem deixar, não tinha quem cuidasse, ele ficava lá comigo, e acabava ajudando um pouquinho, ele é bem esperto, sempre foi, aí continuou trabalhando até hoje (....)” (V.M.I.,36 anos)

“antes eu achava que o trabalho não prejudicava, e lá em casa precisa da ajuda de todo mundo, depois do PETI é que eu vi que atrapalha, mas eu acho que a criança podia ficar no PETI e trabalhar depois.... é bom pra da valor, eu trabalho desde pequena (...)” (F.C.S., 32 anos)

Verificamos que as crianças trabalham pela necessidade financeira concreta de contribuir para o orçamento da família, mas também porque os pais não perceberem os prejuízos causados pelo trabalho infantil. Desta forma, acreditamos que as ações de combate ao trabalho infantil, para serem mais eficazes, deveriam ter centralidade na família, criando uma rede de proteção para a garantia de seus direitos e de suas necessidades, não só buscando melhorar a renda dos pais através da inserção em programas de geração de trabalho e renda, para que não necessitassem de contar tanto com a contribuição dos filhos, mas também tentando modificar e desconstruir a idéia de

que o exercício do trabalho representa sempre um benefício para os filhos, sejam crianças e adolescentes.

O econômico aparece como o principal determinante do trabalho infantil, entretanto outras determinações existem, como as de ordem cultural, social, político e ideológico. É preciso que ocorra a reconstrução do simbólico e cultural do trabalho infantil com as famílias, desconstruindo a representação delineada pela família quanto ao trabalho infantil como ordem positiva, da provisão do lar que incorpora a criança e o adolescente como responsável e da participação da escola e do brincar como questões secundárias. Há que se retomar a perspectiva do lúdico e do brincar nas atividades desenvolvidas com as crianças, adolescentes e suas famílias como fundamental para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Assim, acreditamos que, para superar este problema, não basta superar o econômico, mas sim todos os outros determinantes. A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes.

Ao analisar a questão do trabalho infantil na perspectiva das populações específicas, em situação de precariedade, observamos uma importante vulnerabilidade social que, muitas vezes, evolui para um estado de exclusão social. A pobreza intensa, além da carência de bens materiais, coloca o indivíduo numa realidade de vulnerabilidade e degradação. Os pobres são considerados cidadãos incompletos. Portanto, há uma diferença substancial entre o pobre que está incluído no mercado de trabalho, embora com baixos salários, e o excluído do mercado. Um dos grandes problemas que o país enfrenta é o desemprego crescente e, conseqüentemente, o também crescente aumento das situações de exclusão social de grande parte da população, como o grupo específico pesquisado neste estudo.

Portanto, discutir a prevenção e a erradicação do trabalho infantil e a conseqüente inclusão social de crianças e adolescentes, pela educação, requer que se analise e se apresente novas propostas, visando à inclusão social de suas famílias, pois grande parte desta população tem seus direitos violados. Assim, acreditamos que o trabalho com as

famílias deve contemplar o desenvolvimento de ações sócio-educativas e de geração de emprego e de renda.

Estudos²¹ demonstram que a importância da família, no contexto da vida social, tem aumentado atualmente. Ela tem sido valorizada cada vez mais no âmbito das propostas de enfrentamento às diferentes manifestações de problemáticas infanto-juvenis, através de orientação e apoio sócio - familiar. A consciência das grandes transformações que ocorreram no âmbito da família, nos últimos anos tem se manifestado no cotidiano dos serviços em geral. Entretanto, podemos observar que, embora atualmente seja muito difícil encontrarmos técnicos que não trabalhe com a idéia de diversidade de famílias, o que na prática podemos observar é que a visão das famílias como “famílias desestruturadas” ainda é muito comum e utilizada pelos técnicos que atuam junto às famílias do programa.

A tendência histórica é considerar os processos de atenção à família a partir da ótica da incapacidade e da falência, a organização de serviços em áreas como a judiciária, social ou da saúde, tem sido alimentada especialmente pela centralização de recursos em programas de apoio sócio-familiar que visam a atender às faces mais cruéis dos problemas relacionados à infância e à juventude. Os programas têm se voltado muito pouco para as dificuldades cotidianas das famílias na perspectiva de sua sustentabilidade. Os serviços continuam se movimentando a partir de expectativas aos papéis típicos de uma concepção funcional de família.

O empenho para a proteção integral da infância e da juventude passa por uma revisão de, pelo menos, dois processos fundamentais. O primeiro relaciona-se a uma mudança de conceber a assistência às famílias. O segundo aspecto refere-se a mudanças de postura da sociedade como um todo, em especial de profissionais ligados à área, em relação às famílias, desvencilhando-se das distinções entre famílias capazes e incapazes, normais ou patológicas e dos estereótipos e preconceitos delas decorrentes. Isto implica construir um novo olhar sobre as famílias e novas relações entre elas e os serviços. Esta construção necessita de ser realizada no âmbito de todos os serviços, que têm como

²¹ A discussão sobre esta temática pode ser aprofundada em: Política Social, Família e Juventude- uma questão de direitos, organizado por Mione Apolinário Sales, Maurício Castro de Matos e Maria Cristina Leal.

responsabilidade a implementação de programas como o PETI que deve ter destacado a necessidade de recuperar a importância da família de proteção, pertencimento, construção de identidade e de busca de condições materiais de vida.

Entretanto, o Estado não poderá simplesmente devolver para a família a responsabilidade com a reprodução social, sobrecarregando-a com encargos que são de responsabilidade do poder público. Como pudemos constatar na pesquisa com as famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho precoce, a família deve se tornar referência central dos programas sociais, ganhar maior visibilidade política, tornando-se alvo de ações que realmente levem em consideração as novas configurações da questão social no país.